

ATA DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 05-3-
2020.

Aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e vinte, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Mauro Zacher, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga e Reginaldo Pujol. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Eng^o Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Professor Wambert, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. À MESA, foi encaminhado o Projeto de Lei do Legislativo n^o 232/19 (Processo n^o 0531/19), de autoria de Paulo Brum. Também, foram apreçados os Ofícios n^{os} 084 e 085/20, do Prefeito, encaminhando Vetos Totais, respectivamente, aos Projetos de Lei do Legislativo n^{os} 306/17 e 189/18 (Processos n^{os} 2786/17 e 1405/18, respectivamente). Ainda, foi apreçado o Processo SEI n^o 025.00014/2020-61, de autoria de Comandante Nádia, informando, nos termos do artigo 227, § 6^o, do Regimento, sua participação, no dia doze de março do corrente, em palestra sobre prevenção da violência contra a mulher, na GKN do Brasil, em Porto Alegre. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Lisiane Rabelo Machado e a Jaime Rodrigues, respectivamente Presidente da Associação Riograndense de Artes Plásticas e Vice-Presidente da Associação Amigos do Capitólio, que se pronunciaram acerca de edital de contratualização dos cursos do Atelier Livre e da Pinacoteca Rubem Berta. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Adeli Sell e Aldacir Oliboni manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Adeli Sell e Marcelo Sgarbossa. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e cinquenta e quatro minutos às quinze horas e dois minutos. Após, foram aprovados requerimentos verbais formulados por Comandante Nádia e Reginaldo Pujol, solicitando alterações na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em prosseguimento, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, na presente sessão destinado a debater o tema específico “Porto Alegre – Cidade Amiga do Idoso”. A seguir, o Presidente concedeu a palavra a Lélvio Luzardi Falcão, Presidente do Conselho Municipal de Idoso. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cláudio Janta e Luciano Marcantônio. Ainda, a Presidente concedeu a palavra, para considerações finais acerca do tema em debate, a Lélvio Luzardi Falcão. Durante a sessão, foi registrada a presença de Margarete Moraes, ex-vereadora deste Legislativo. Às quinze horas e cinquenta minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Cláudio Janta, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos

foram presididos por Adeli Sell, Reginaldo Pujol e Lourdes Sprenger e secretariados por João Carlos Nedel. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação Riograndense de Artes Plásticas, que tratará de assunto relativo ao edital de contratualização dos cursos do Atelier Livre e da Pinacoteca Rubem Berta. O tempo regimental de 10 minutos para manifestação será dividido entre dois oradores. A Sr^a Lisiane Rabelo Machado, presidente da Associação, e o Sr. Jaime Rodrigues, vice-presidente da Associação, estão com a palavra.

SRA. LISIANE RABELO MACHADO: A atual gestão da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, através de contratualizações, reduz a sua responsabilidade pública, passando para empresas a gestão de recursos e espaços. Contudo o financiamento segue sendo dinheiro público, repassado, diretamente, ao terceiro setor, sem garantias de participação ou responsabilidade social, precarizando os trabalhadores que poderão estar sujeitos a contratos temporários sem direitos trabalhistas e reduzindo, drasticamente, a quantidade de servidores. Perguntamos por que essa verba não é repassada diretamente aos equipamentos culturais, para que eles não percam o caráter democrático e participativo, como é o Ateliê Livre, que até o início desta gestão tinha o seu diretor escolhido pelos professores, alunos e funcionários. A última diretora eleita soube, ainda em férias, que perdera o seu posto para um CC, que muito pouco apareceu e logo foi substituído.

A nossa preocupação em relação ao Ateliê é que haja uma completa desvirtuação de seu caráter, de uma instituição que preza pelo desenvolvimento da linguagem artística dos alunos em contato com outro artista professor, para um local de cursinhos práticos temporários, sem nenhuma responsabilidade com o imaterial da arte e de nosso patrimônio artístico. O Ateliê tem sido castigado por todos esses anos com investimentos mínimos, sem concurso para professores desde 1996 e com uma infraestrutura precarizada, inclusive sem segurança. Há muito não se fazem as tradicionais exposições no saguão, pois já houve vários roubos de obras e depredação.

Já a Pinacoteca Ruben Berta apresenta um outro quadro, é uma estrutura que está funcionando razoavelmente bem, apesar do investimento cada vez menor, com uma equipe mínima: são dois funcionários concursados e quatro estagiários. Qual a justificativa para entregá-la para a iniciativa privada? Esses funcionários qualificados, que se desdobram para fazerem funcionar todas as atividades da pinacoteca, serão alocados em outro equipamento público, portanto, ainda serão parte das despesas municipais e a OS terá que suprir esses cargos, mas com verba pública, ou seja, a despesa é só ampliada, sem a garantia da experiência profissional.

Ao diálogo com as instituições, através de seus profissionais hoje atuantes, propõe-se uma entrega do patrimônio público, sem qualquer respeito ou conexão com o trabalho até hoje desenvolvido. As justificativas passam por diminuir a burocracia, economicidade e eficiência. Mas a função do poder público é administrar sua burocracia e lidar com ela, não são as instituições culturais municipais que devem ser culpabilizadas por essa burocracia. Se é por economia, por que a Prefeitura não se propõe a investir diretamente em seus equipamentos culturais e em seus funcionários experientes e especializados, ao invés de transferir as verbas para as OSs, que representam interesses privados apenas financeiros e não os do cidadão? Se é por eficiência, por que o projeto prevê o deslocamento desses funcionários experientes nas atividades de cada equipamento cultural para, em seu lugar, alocar estranhos ao fazer e à eficiência do processo e da instituição? O contrato proposto por essas contratualizações é de cinco anos, o que ainda impede que a próxima gestão da Prefeitura tenha outra orientação menos predadora. Uma última pergunta: por que esse processo foi iniciado nas férias, em fevereiro, sem um debate com a população interessada? Já protocolamos um pedido de diálogo com a Prefeitura, com o secretário de cultura e com a coordenadora de artes plásticas. Esperamos que haja suficiente abertura para um debate com a sociedade. Obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Agradeço a contribuição da Sra. Lisiane Rabelo Machado, que dividiu o tempo com Jaime Rodrigues, vice-presidente da Associação dos Amigos do Capitólio. Quero, na oportunidade em que anuncio a sua presença na tribuna, declarar minha satisfação pessoal de poder introduzi-lo neste debate, já que tenho um apreço pessoal muito grande com o mesmo, em que pese, historicamente, sempre termos divergências políticas, mas sempre uma reciprocidade de tratamento muito positiva. V. Exa. nos dá muito prazer em comparecer a esta Casa.

O Sr. Jaime Rodrigues está com a palavra.

SR. JAIME RODRIGUES: Presidente da Casa, meu amigo de muitos anos, desde o movimento estudantil, Ver. Pujol; quero cumprimentar todos os vereadores e vereadoras, cumprimentar nossa querida secretária Margarete Moraes, que tanto nos ajudou na construção da Cinemateca Capitólio. Desde muitos anos a discussão era permanente, aliás, permanente era a discussão como se faz hoje com o Atelier Livre aqui presente, da mesma forma continuamos com a discussão presente, contínua com as pessoas que são da Associação dos Amigos da Cinemateca Capitólio. Essa foi uma atuação muito forte, participativa, a sociedade estava presente desde 1995, desde aquela época reuníamos a sociedade, nos reuníamos com profissionais, cineastas, com professores de fora, professores da universidade, foi intensa essa discussão, e não era só

troca de ideias, era construção de ideias. Nós construímos diretrizes, evidentemente com o apoio da Prefeitura, lá estava presente, por exemplo, a nossa querida ex-secretária Margarete Moraes, mas não só ela, vieram outros secretários, vieram, inclusive, vereadores desta Casa, que nos ajudaram muito. Hoje não era para eu estar aqui, hoje deveria estar o nosso querido presidente da Associação dos Amigos da Cinemateca Capitólio, Luiz Antonio Grassi, mas ele não está aqui porque está no Ministério Público, está entregando, junto com os nossos advogados, a reclamação de por que a Prefeitura não nos responde! Nós perguntamos, por escrito, há mais de 30 dias, e não vem resposta. Isso, antes de tudo, é obscuro, não é transparência, e quem começa obscuro nunca será transparente! Quem começa obscuro será sempre obscuro. As nossas perguntas são muito claras: qual é o objetivo? Vai fazer uma cinemateca com que objetivo? Afinal, nós temos objetivos, nós construímos, temos diretrizes, temos propostas, temos participação, as pessoas nos procuram, tanto na Cinemateca como Associação dos Amigos da Cinemateca Capitólio.

Nós não poderíamos deixar de estar aqui e dizer para todos: reclamem conosco, queremos saber quais são as propostas da Prefeitura, por que a Prefeitura, no último ano de governo, resolve acenar para a Cultura com uma proposta que ninguém sabe qual é. Eu pergunto a vocês: no último ano quer fazer um contrato para cinco anos? O atual prefeito terá responsabilidade de um ano, se for responsável. Mas a próxima prefeita terá quatro anos com a responsabilidade imposta de hoje. Por que isso? Isso não é responsável. Aceite, tem que ser responsável pelas coisas que faz. Eu sempre que faço alguma coisa digo: a responsabilidade é minha, pode ser boa ou pode não ser boa; eu assumo. Mas eu assumo aquilo que eu faço. Eu pergunto: por que deixar quatro anos em contrato com uma empresa que ninguém sabe qual será – uma OS privada –, que ninguém sabe qual é, que ninguém sabe com que orientação, com que diretrizes, como será feito, e poderá ser fechada a cinemateca. Essa é uma possibilidade, todas as possibilidades estão em jogo quando não se tem orientação.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Registro a presença da nossa ex-colega, ex-presidente da Casa, ex-secretária municipal da cultura, Margarete Moraes, que nos dá muito prazer com a sua presença.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, depois prossegue em Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Obrigado, Presidente Pujol. Eu queria saudar a Lisiane e o Jaime, que aqui expuseram as preocupações da sociedade civil porto-alegrense acerca dessas contratualizações. Quero saudar a Margarete Moraes, que mais do que secretária foi nossa colega e grande amiga, e saudar todos e todas que estão aqui, que são ou foram professores, vejo a Miriam, que dirigiu o Atelier, vejo pessoas que estão usufruindo desse trabalho do nosso Atelier Livre. Hoje preciso me exhibir aqui, eu preciso citar a Alzira e a Raquel, que foram minhas colegas de aula em Letras

(Palmas.), e é bom ver que nós, depois de tanto tempo, estamos juntos nesta grande peleia. A Maria Celeste foi nossa presidente da Casa e também vereadora, aqui presente – obrigado, Maria Celeste –, junto com a Margarete. É bacana demais! A sociedade porto-alegrense sempre foi uma sociedade ativa, que sempre prezou e lutou para preservar o seu patrimônio histórico-cultural. Vereador Oliboni, Ver. Marcelo Sgarbossa, meus colegas que estão aqui presentes – o Ver. Engº Comassetto está em outra atividade –, nossa bancada se sente honrada de poder usar esta tribuna para dizer que nós vamos fazer uma ponte entre a história, o passado da preservação do patrimônio, da cultura, da liberdade de expressão e desses anos todos do Atelier Livre, que, para nós, o nome de Xico Stockinger diz mais do que nunca o coração, a pulsação da vida e da cultura de nossa cidade.

Esta contratualização proposta pelo Poder Executivo tem equívocos não só sob o ponto de vista do significado para a cultura de Porto Alegre, mas também sob o ponto de vista administrativo. (Palmas.) Quem pode dirigir um atelier? Pessoas com capacitação técnico-profissional, porque nós estamos ali ensinando a arte, a arte da pintura, da escultura, etc. Nós não podemos, como aconteceu num passado recente, trocar a diretora, que vem desse setor, que é professora, por uma pessoa que é cargo de confiança, externa. Algo exótico para quem conhece a história do Atelier Livre de Porto Alegre, exótico. Nós perdemos vários professores no último período, se aposentaram. Desde 1996, não há concurso específico para a área do Atelier Livre. Nós deveríamos ter concurso para professores não só para atender no Centro Municipal de Cultura, mas para poder ter uma extensão na Zona Norte, no Rubem Berta, na Restinga, na Zona Leste, no Morro da Cruz, nas ilhas. Não, mas aquele *minimun* não existe lá no Centro Municipal de Cultura. Não é só o Atelier; o abandono do Centro Municipal de Cultura é uma visão político-administrativa deste governo. Não consegue abrir e manter um café. E quando é ocupado, como agora, é ocupado de forma ilegal, porque a licitação deu deserta, e alguém está usando o espaço indevidamente. A frente parlamentar fez uma campanha, e nós conseguimos um computador para a Biblioteca Pública Municipal. Não conseguem arrumar para que não alugue a Biblioteca Pública Municipal. Não pode continuar assim! É por isso que nós vamos nos mobilizar e tentar, junto com os colegas vereadores – faço um apelo a todas as bancadas, Cassio Trogildo, Paulinho Motorista, Bins Ely –, não é uma luta de um segmento apenas, é uma luta da sociedade porto-alegrense para preservar a sua história, o seu trabalho, a sua cultura, as artes.

Volto à questão da contratualização. Não é só um problema político-administrativo, uma visão equivocada. Eu fui verificar o Plano Plurianual, fui verificar a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária deste ano: não existe nenhuma rubrica, não tem nenhum elemento que diz que possa ser colocado esse recurso público para uma terceira pessoa ou entidade fora do órgão Secretaria Municipal de Cultura e seu Atelier, porque não está orçamentado. Portanto, é aí que o advogado da instituição, da vossa associação vai derrubar e acabar com a contratualização! Não adianta fazer remendos agora, porque foi explicitado, depois de explicitado, não tem remendo. A mobilização popular derruba. A justiça tem obrigação moral, ética e de direito, porque direito é dever e direito, Margarete. Essa é a questão. Portanto, temos os elementos da

sociedade, os elementos da mobilização, do anseio da população de manter o Atelier como sempre foi e expandi-lo. Nós temos que preservar a nossa cultura. Por isso, senhoras e senhores, população de Porto Alegre, colegas vereadores e vereadoras, todas as bancadas que aqui eu nomeiei, e esse é um trabalho conjunto, não é de um nem de dois, mas de 36 vereadores...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, Ver. Reginaldo Pujol, nós queremos, inicialmente, saudar a vinda à Câmara Municipal da Sra. Lisiane Rabelo Machado, presidente da Associação Riograndense de Artes Plásticas, e do Jaime Rodrigues, vice-presidente da Associação Amigos do Capitólio, e dizer que esse tema é muito preocupante, saudando aqui todos os cidadãos e cidadãs que estão no plenário, mais precisamente os defensores da cultura, das artes. O governo Marchezan tem se caracterizado pela falta de diálogo; o governo Marchezan tem priorizado, e é uma das marcas do governo, a terceirização, a contratualização e a privatização. O governo Marchezan não é um governo para os pobres, para os cidadãos, que, por sua vez, inclusive o elegeram; o governo Marchezan esqueceu do que ele mais prometeu na sua campanha, e ao longo dos seus três anos no governo fez o contrário, por isso quer entregar a arte e a cultura para o privado. É como faz na saúde: ele terceiriza para que o capital tenha lucro numa das funções mais importantes do Estado ou do poder público com a população. Então, nesse sentido, o grito de vocês é o nosso grito, é a nossa indignação, e protestamos profundamente contra essa atitude desleal com os cidadãos de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Boa tarde a todos e todas. Primeiro agradeço ao nosso colega, companheiro Oliboni, nosso líder da oposição, que me cede este espaço em que posso falar aqui em nome dos companheiros do PSOL, que também fazem parte, do ponto de vista formal, dos partidos de oposição, e logicamente vários partidos aqui, hoje, inclusive a base do governo, se colocam como oposição ao prefeito Marchezan. Então falo formalmente em nome do PT e do PSOL e informalmente em nome de vários vereadores aqui, até os da base do governo.

Em primeiro lugar, Lisiane e Jaime, quero cumprimentá-los por terem vindo; aqui estão também a Margarete e a nossa presidenta do PT, Celeste, que foram vereadoras, presidiram a Câmara Municipal. Então, com grande honra, saúdo todas as mulheres que estão aqui com os chapéus elaborados pela nossa querida Zoravia Bettiol, que se tornou especialista também em chapéus. Ela criou um outro chapéu – eu devo ter alguma foto dele –, quando outros especialistas estiveram aqui durante a tramitação de uma lei ambiental da cidade.

Eu acho que o companheiro Adeli, líder da bancada do PT, já foi muito completo na fala. Em seguida vai ter uma outra atividade com o Lélcio Falcão, do Conselho Municipal do Idoso, que está aqui, e eu vi o Jaime, não tem como esconder – não é, Jaime? –, está no seu rosto. O Jaime, caminhando pelas calçadas da nossa cidade, teve uma queda. O nosso Presidente, Ver. Reginaldo Pujol, com 80 anos de idade, eu acho que isso tem um simbolismo, e eu preciso falar isso também, porque uma cidade mais humana é uma cidade que respeita as crianças, os idosos e todas as pessoas que também têm alguma limitação, não só pela idade. Então, eu faço esta fala, porque uma cidade mais humana é uma cidade que respeita a sua cultura.

O Atelier, no próximo ano, vai fazer 60 anos. São 60 anos de história que, agora, o prefeito, no seu último ano de governo, quer fazer mudanças que não fazem sentido nenhum. Eu quero lembrar que o prefeito Fortunati, tão logo tinha terminado a eleição – Marchezan eleito prefeito de Porto Alegre –, começou a mandar projetos de lei para Câmara, que ele não concordava, mas ele colocava na exposição de motivos: “A pedido do prefeito recém-eleito, encaminho para Câmara o referido projeto de lei...” Eu até discordava dos projetos que chegavam, mas era uma postura de um sujeito progressista, como o José Fortunati, de entender que, a partir daquele momento, já não era ele, do ponto de vista da política, legitimado para pensar a cidade e, sim, o prefeito recém-eleito.

Eu pediria ao prefeito Marchezan que ele aja, pelo menos atue este ano da mesma forma. Pode continuar tocando, nós tentaremos barrar aqui outras questões que ele entende como corretas, Lisiane, mas querer fazer mudanças no último ano de governo, mudanças tão profundas, como estas que vocês trazem aqui hoje à tarde e que me parecem um desrespeito com a cidade de Porto Alegre, um desrespeito total com a cidade de Porto Alegre. (Palmas.)

Eu só torço, e eu acho que esta minha torcida tem dado certo, Ver. Adeli Sell, Ver. Aldacir Oliboni e quem nos escuta, porque já nesta semana a Câmara não deu quórum para as votações – a própria base do governo está revoltada contra o governo –, para que isso continue assim como uma forma de a Câmara conseguir barrar as iniciativas do último ano do prefeito, e esta é uma delas, para que a gente consiga defender a cidade, a sua história de um prefeito que ataca a cidade por todos os lados. Então, vamos à luta, às 17h, no Centro Municipal de Cultura, haverá um ato muito bonito, um abraço no Atelier. Estamos juntos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Encerro este período da nossa sessão ordinária em que houve uma manifestação proferida pelos nossos dois convidados, já anteriormente referidos, especialmente a professora Lisiane Rabelo Machado e o professor Jaime Rodrigues, ambos fizeram um pronunciamento muito claro, objetivo, destacando a relevância dos temas que trouxeram os mesmos até a Casa, utilizando, de forma inteligente, este espaço que lhes foi facultado. De qualquer sorte, é relevante que a gente enfatize a presença dessa seleta plateia, em apoio às manifestações. Nós saudamos a plateia como arrebenção dessas lutas que são desenvolvidas, em favor da Cinemateca, através, por que não, do nosso Cine Capitólio. Seria desonesto da minha parte não confessar que sou cúmplice na luta em favor do Cine Capitólio, desde o começo. De qualquer sorte, no Brasil de hoje, no Município em que vivemos, pugnar para que as nossas posições se imponham a todos os homens e mulheres de bem que tem posições claras e definidas. Nós todos somos favoráveis à manutenção do Cine Capitólio aberto para a sociedade de Porto Alegre. Agradecemos a presença da Sra. Lisiane Rabelo Machado, representante da Associação Riograndense de Artes Plásticas. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h54min.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 15h02min: Estão reabertos os trabalhos.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação o requerimento de autoria da Ver^a Comandante Nádia. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**

Passamos à

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a tratar do assunto Porto Alegre – Cidade Amiga do Idoso, trazido pelo Sr. Lélío Luzardi Falcão, presidente do Conselho Municipal do Idoso.

O Sr. Lélío Luzardi Falcão está com a palavra.

SR. LÉLIO LUZARDI FALCÃO: Boa tarde a todos. Gostaria de iniciar saudando o nosso Presidente, o jovem de 80 anos, Reginaldo Pujol, que tão bem está conduzindo a Câmara de Vereadores; saudar o deputado federal Maurício Diedricki, que há pouco vi neste plenário, parceiro nosso no tempo da Assembleia Legislativa, e o Nenê, que está com ele; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; pessoas presentes que nos assistem, ou através da TVCâmara. É uma satisfação, obrigado à Câmara nos possibilitar trazer este tema Cidade Amiga do Idoso.

Porto Alegre recebeu, depois de uma certa disputa, a titulação da ONU de Cidade Amiga do Idoso, num trabalho da Dilcimar Rodrigues e do Ângelo Bós, ainda na gestão de 2015, duas gestões atrás. A indicação era do Fortunati, com o Cezar Busatto, e a pessoa encarregada foi a Bette Corvetta. Sito aqui o secretário adjunto da governança, agora, SMRI, Filipe, que tem estado muito presente no Conselho Municipal do Idoso, junto conosco. A Beth coordenou um projeto que culminou com Porto Alegre inserida na rede Cidade Amiga do Idoso, da Organização Mundial da Saúde – OMS, que é um aval da ONU para a qualidade de Porto Alegre, que possibilita Porto Alegre a obter recursos da esfera internacional. Daí a importância desse tema.

Porto Alegre foi inserida nessa condição porque, como bem frisou-se há pouco, em outubro do ano passado, inverteu a pirâmide, passando a ter mais idosos, mais pessoas com 70 anos do que jovens até 14 anos. Fomos buscar no *site* do Tribunal Eleitoral, que tem uma tabela mostrando que, de 60 a 69 anos, Porto Alegre tem 151 mil eleitores; depois de 70 a 79 anos, são 86 mil, pessoas que não são obrigadas a votar; com idade superior a 79 anos, mais 56 mil, quase 300 mil eleitores em Porto Alegre. Nós estamos num ano eleitoral, e os nobres vereadores e os que não estão aqui, mas que pretendem entrar, vão buscar esses votos. E esses eleitores, essas pessoas com mais de 60 anos, têm filhos, têm netos, têm família, portanto, é uma população muito importante. Nós ampliamos para pessoas com 45 anos ou mais, e vejam que passa de 50% o número de pessoas maduras participando em Porto Alegre, para ser Cidade Amiga do Idoso.

Eu queria fazer uma referência ao IGG, Instituto de Geriatria e de Gerontologia da PUC, que já formou mais de 300 doutores, mais de mil especialistas, milhares de outras profissões fizeram cursos, diversas pessoas passaram por lá. Sobre os hospitais, a Santa Cassa tem um projeto, há um ano ou dois, Hospital Amigo da Pessoa Idosa, um projeto de mais de R\$ 200 milhões. Sobre os asilos, Porto Alegre tem asilos mais do que centenários, citando a Padre Cacique, citando a Spaan. Nós temos uma enormidade de casas que fazem reuniões com idosos toda a semana, são bingos, são chás, são almoços, são bailes onde centenas, milhares de pessoas participam. Portanto Porto Alegre tem muito a ver, sim, com a Cidade Amiga do Idoso.

Recentemente, o jornal Zero Hora publicou uma série de reportagens, citando o potencial econômico das pessoas idosas. Em 2018, foram R\$ 1,6 trilhões, potencial turístico, esportivo e cultural. Porto Alegre se habilitou também, porque foi a primeira cidade do Brasil – e cito o Ver. Ferronato – que, na sequência da esfera nacional, quando o deputado Albuquerque abriu a possibilidade, implantou, em Porto

Alegre, o Fundo Municipal do Idoso, junto com o *Wilson Pastorini*, Adão e vários outros.

Porto Alegre já recebeu mais de R\$ 120 milhões no Fundo do Idoso. Agora, neste momento, a Receita Federal está abrindo a possibilidade, na declaração de imposto de renda, destinar 3%. Gostaria de mostrar um vídeo sobre o tema.

(Procede-se a exibição do vídeo da Receita Federal.)

SR. LÉLIO LUZARDI FALCÃO: A Casa, amanhã, realizará um café da manhã, a convite do Ver. Reginaldo Pujol, do Ver. Airto Ferronato, mas também da equipe que está aqui do Ver. Alvoni Medina, que teve um compromisso e não pode estar aqui. Vejam que nós tivemos uma reunião com os superintendentes da Receita Federal e percebemos que o Rio Grande do Sul mandará para Brasília R\$ 480 milhões, neste ano, se nós não formos suficientes, eficientes em manter esses recursos aqui. Recursos que poderiam estar nas ILPIs, na cultura – que há pouco foi falado aqui –, porque quem mais atua na cultura são idosos, quem mais atua no turismo são idosos, como referiu o Ver. Nedel. Então, nessa linha, é importante que a Casa, que os vereadores e que a população de Porto Alegre se mobilizem para destinar, no Imposto de Renda, o valor dos 3% destinados ou possíveis de serem destinados.

Porto Alegre, desde 2015, está inscrita no programa Cidade Amiga do Idoso; ele está vencido, mas não está eliminado. É necessário que nós tomemos algumas medidas urgentes para retomar esse processo, para ampliar e concluir o processo, como veremos a seguir. Essa certificação não pode ser perdida, sob pena de realmente perdermos vínculos com governos estrangeiros. O programa Cidade Amiga do Idoso, na realidade, se compõe de oito eixos, que são, na segurança, a Ver.^a Comandante Nádia, por gentileza, e outros. Pois o idoso, uma senhora idosa pegar a bolsa e sair disparando de um pivete é muito fácil; então, a segurança para os idosos, nesta cidade, é fundamental.

A mobilidade também. Eu ouvi, há pouco, o Ver. Eng^o Comassetto, mas ouvi também outros falarem da questão da moradia – há que se ter mudanças significativas nessa área. Na questão da mobilidade, o Ver. Paulinho Motorista e outros. Vejo o Ver. Mendes Ribeiro porque ele está com um projeto fantástico na área do selo, que significa que empresas, que entidades que sejam amigáveis aos idosos podem receber essa certificação. Na comunicação e infraestrutura, Ver.^a Mônica Leal, quero lhe agradecer pelo ano passado, por todo apoio que nos deu na presidência, mas também como uma jornalista, pois é uma função muito grande da imprensa colaborar nesta condição, porque é através da imprensa que poderíamos chegar a muito mais pessoas das que estão aqui neste plenário. Nos espaços abertos, o Cassiá estava até há pouco aqui, mas a parte dos esportes também...

O Ver. Alvoni há pouco aprovou nesta Casa o câmbio como esporte símbolo do idoso.

Respeito, inclusão, participação social e outros, são os outros oito eixos da Cidade Amiga do Idoso que a Organização Mundial da Saúde preconiza.

Quero mostrar Pato Branco, do Paraná, que avançou nos quatro eixos da Cidade Amiga do Idoso. Ao lado, temos Veranópolis, que na semana que vem – e aproveito para fazer o convite – a Frente Parlamentar do Idoso desta Casa, na sexta-feira, 13 de março, fará uma reunião em que estarão presentes o prefeito de Veranópolis e a secretária de longevidade de Veranópolis. Em Veranópolis só falta o último item; assim como Jaguariúna, São Paulo, e Camboriú, Santa Catarina. E pasmem, Pato Branco iniciou em 2019; Veranópolis, em 2016; e Porto Alegre, que começou em 2015, ficou parado no primeiro item. Aqui é que estamos chamando atenção, e pedimos o apoio dos vereadores, da comunidade e da administração municipal. O Ver. Cláudio Janta já fez um pedido há um ano, estou em mãos com o pedido do Ver. Alvoní Medina para saber desdobramentos e antecipações, porque é muito importante que Porto Alegre conclua e avance nesta questão da cidade amigável ao idoso.

O que nós precisamos saber é como seguir adiante e o que precisamos fazer. A primeira coisa, o primeiro passo é uma sinalização da administração municipal à Organização Mundial da Saúde, de que Porto Alegre quer continuar no programa, que Porto Alegre precisa continuar no programa; esse ofício é endereçado à Organização Mundial da Saúde indicando o servidor que ficará responsável pelas tramitações.

A Cidade Amiga do Idoso é uma união de esforços, não se faz sozinho e não é só a administração pública, é das pessoas também; é um controle e cobrança permanentes, realizar os planos e projetos. Porto Alegre tem – e eu tenho comigo aqui – o Plano Municipal da Pessoa Idosa, realizado pela Secretaria. O ObservaPOA fez um trabalho magnífico que deveria servir de suportes para as entidades: aqui está a quantidade de pessoas que moram em cada bairro, a sua qualidade de vida, receita, educação, saúde, enfim, vários dados, e a maioria deles obtidos nas secretarias municipais de Porto Alegre, então são dados que podem ser atualizados ano a ano.

Por último, as parcerias e o compromisso. O compromisso é de todos, porque não dá para a gente olhar para o lado e dizer que o culpado é o vizinho quando nós atiramos lixo no chão, quando nós não cuidamos da nossa calçada, quando nós não fazemos a nossa parte. Se cada um fizer sua parte, capitaneado pela administração pública, fiscalizado pela Câmara de Vereadores, se poderá avançar muito.

O Instituto Amigos do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, desde 2015 organiza o Fórum, sempre contamos com o apoio desta Casa, e vejo aqui vários vereadores que presidiram a Casa, como o Cassio Trogildo, o Mauro Pinheiro, já citei a Ver.^a Mônica Leal e alguns outros. Planejar e executar são projetos para os idosos, precisamos continuar avançando e, nessa linha, quero agradecer o apoio da OAB, que está conosco; o apoio do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência, que está conosco; agradecer ao pessoal do Parque Farroupilha, que está conosco; e a algumas pessoas das assessorias de vereadores e diversos gabinetes que têm participado, citando que quase todos os vereadores são parceiros: o Sgarbossa, o Cecchim – que até há pouco estava aqui; o José Freitas; o Nedel, na área do turismo; o Adeli Sell – que sempre foi muito parceiro, obrigado, Adeli; a Cláudia; o Bins Ely, que hoje é presidente do Rotary e do Conselho de Corretores de Imóveis; o Valter Nagelstein, que sempre foi muito parceiro; o Moisés Barboza; o Marcantônio, todos muito parceiros – se esqueci

de alguém, sintam-se também homenageados. Quero aqui agradecer o espaço da Câmara e reforçar também o convite para o café da manhã de amanhã, o convite é da presidência com os dois vereadores: Ferronato e Alvoni Medina. Muito obrigado pela atenção dos senhores e das senhoras.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Lourdes Sprenger assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Convido o Sr. Lélvio Luzardi Falcão a fazer parte da Mesa.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Se fizerem silêncio no plenário, vou falar. (Pausa.)

Ver.^a Lourdes Sprenger, presidindo os trabalhos neste momento. Hoje parece que é um dia que tem alguma coisa excepcional acontecendo no Plenário, vejo e ouço movimentações, ouço burburinhos. Mas a pauta aqui é sobre o idoso. Idoso se trata com respeito. Idoso se trata com a efetiva dignidade da pessoa humana, como deve ser tratada a dignidade do cadeirante, do cego, das pessoas com dificuldades em geral. Há pouco, nós vimos aqui desta tribuna, quando se falou do Atelier Livre do Capitólio, o vice-presidente da Associação de Amigos do Capitólio, com o rosto e o corpo machados. O Sr. Jaime Rodrigues, morador do Centro Histórico, caiu em plena Av. Borges de Medeiros, por causa da situação que se encontra a via pública. Estávamos falando de uma pessoa, sim, idosa, e não só os idosos têm esses tropeços, mas especialmente os idosos. Acho que há um certo desgaste na política em geral, porque o discurso, normalmente é para o eleitorado. A nossa fala e a nossa escuta deveriam ser para a cidadania. O idoso, a partir de certa idade, não precisa mais votar, mas, se nós o encantássemos novamente, com políticas de inclusão dos idosos, um olhar com dignidade para a pessoa idosa, depois de 70, 75, 80, 90 anos, os idosos continuariam votando e seriam os nossos eleitores. Independentemente de ser eleitor ou não, eu quero aproveitar este momento de Comunicações nesta quinta-feira, meus colegas vereadores, para falar da importância da política para os idosos. De 1990 em diante, quando nós conquistamos o Estatuto da Criança e do Adolescente, nós avançamos em políticas para a criança e o adolescente. Mesmo depois da conquista do Estatuto do Idoso, nós não conseguimos avançar o quanto deveríamos ter avançado! É preciso garantir a saúde pública, neste momento, para o idoso. E o que a gente vê? Falta de médicos nos postos de saúde de Porto Alegre! Falta de medicamentos básicos, aqueles da Farmácia Popular, que agora alguns foram inclusive cortados. Estou fazendo inclusive um estudo do acesso das pessoas aos medicamentos, inclusive, os de alto custo. Aqueles que são necessários e não sendo balaca de alguns médicos inescrupulosos e desses laboratórios gananciosos, mesmo os de alto custo, têm que ser garantidos. Nós vamos combater a balaca, o logro, a enganação, isso, sim! Dinheiro público para isso, não! Mas para

medicamento essencial, sempre – absolutamente sempre –, quando houver necessidade, e há muita necessidade! Sou morador do Centro Histórico, onde mais de 40% das pessoas têm a minha idade para mais. Eu também sou idoso; não parece, mas tenho 66 anos. Vou aproveitar este mandato e, se aqui novamente estiver na próxima legislatura, para trabalhar muito e pesadamente, escutando o idoso para não errar em proposições que são uma necessidade para esse conjunto tão grande de pessoas. Por isso eu louvo a iniciativa deste debate na tarde de hoje, em que nós estamos aqui para debater as questões dos idosos. Vou concluir: o tema do idoso e, especialmente...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR ADELI SELL (PT): ...Só para concluir, Ver.^a Lourdes, a questão do consumidor, o direito do consumidor. Eu vou denunciar aqui: entrar numa farmácia em Porto Alegre é uma temeridade para um idoso, que sai de lá com troca de medicamentos, com uma balela de que tem o mesmo significado, o mesmo valor, o mesmo tipo de cura; normalmente é mentira, e é para vender o medicamento que não custa tanto por um valor maior, e isso é quase generalizado. Eu temo quando passo naquela quadra da Rua da Praia que tem nove farmácias. Ali os idosos são sempre e absolutamente sempre logrados. Muito obrigado e bom debate.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nossa Presidenta, Ver.^a Lourdes; nosso convidado desta tarde, o nobre amigo e presidente do Conselho Municipal do Idoso, Lélío Falcão, bem-vindo; colegas vereadores e vereadoras; também quero saudar o Nelson, que é presidente do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência, cidadão e cidadãs; de fato, este é um tema que deveria ser prioridade para os governos municipais, estaduais e com uma política nacional que pudesse ter ligação com recursos destinados para as políticas que poderiam vir ao encontro das pessoas idosas. Elas vão desde o que o vereador, colega Adeli, falou aqui, ligadas à área da saúde, o atendimento não só como prioridade, mas que de fato aconteça essa prioridade, e que se pudesse criar, como foi feito aqui em Canoas, tão pertinho, uma UPA dos idosos. Porto Alegre, na verdade, estacionou com relação ao atendimento com toda a população, muito mais com os idosos, e fala também da disponibilidade dos medicamentos, pessoas de baixa renda, enfim, com doenças que, na verdade, precisam de um tratamento adequado, um tratamento que possa reverter essa doença, e muitas vezes chegam num posto de saúde, chegam na farmácia para retirar

medicamento e não encontram. Infelizmente, na saúde, existe uma enorme deficiência com relação a isso.

Mas existem programas que podem dar certo. Creio que o Lélío Falcão falou aqui numa série de ações muito importantes, mas eu quero citar uma delas, que talvez houve esquecimento, de um projeto que nós votamos aqui na Casa, que foi a instituição do PIAF – Programa de Incentivo à Atividade Física, que qualquer cidadão, qualquer instituição, qualquer entidade pode doar ao Conselho Municipal do Idoso, e o Conselho Municipal do Idoso destina ao PIAF e define qual a instituição, através de uma relação de conveniamento com o governo municipal, que pode instituir esse programa. Por incrível que parece, teve uma instituição aqui no nosso País que doou mais de R\$ 2 milhões para o PIAF, Ver. Lélío Falcão, através do Fundo Municipal do Idoso, e olha o que pode acontecer e é um alerta para todos nós: essa instituição, sabendo do PIAF, fez essa doação, mas o governo municipal pode, e ele quer fazer, destinar para outras ações, inclusive que não tenham nada a ver com a política do idoso. Nós vamos fazer uma reunião aqui, na Comissão de Saúde, na Comissão de Direitos Humanos, para poder dizer ao governo que esta veio com rubrica definida, para que seja destinada ao PIAF e que reforce os convênios que já existem, como por exemplo com a PUC, o Instituto de Geriatria e Gerontologia, que faz um trabalho belíssimo já em algumas comunidades. O projeto que nós votamos aqui vai destinar exatamente para essas oito regiões de Porto Alegre, lá onde está o cidadão com dificuldade de locomoção para poder ser atendido com um programa específico que traga mais qualidade de vida e mais atenção aos idosos, uma coisa tão simples, mas que, com certeza, traz uma maior qualidade de vida aos idosos. Então eu quero dizer ao Lélío Falcão que nós vamos fazer uma reunião, convocar o governo, fazer um apelo para que esse recurso doado para esse fim seja destinado para os idosos. Nesse sentido, nós agradecemos e parabenizamos a tua vinda aqui. Parabéns e muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, Ver.^a Lourdes Sprenger; Lélío Falcão, parceiro, amigo e companheiro de várias décadas, uma pessoa que briga muito nessa questão do Fórum Social Mundial, um dos idealizadores do fórum do idoso, discutindo a questão do meio ambiente. Nós temos duas certezas: que vamos nascer e que vamos morrer. Mas o que será esse meio caminho? Foi mostrada aqui a quantidade considerada de 52% da população que passou desse meio caminho, e esses 52% precisa de políticas públicas, porque os outros 48% vão chegar junto com os 52%. Todos querem chegar, todos querem passar dos 50, depois a meta estabelecida é 60, 70, 80 anos. A meta é continuar por aqui, continuar fazendo as coisas, mas de que forma faremos e continuaremos fazendo as coisas? Cada vez mais são necessárias políticas públicas para várias áreas, cada vez mais é necessário que um cidadão que está

na melhor idade possa ter dignidade. Essa pessoa já chega na melhor idade e não tem a mesma renda que tinha antes, além de não ter a mesma disponibilidade, não ter a mesma capacidade física, continua tendo a sua capacidade intelectual, mental, sua capacidade intelectual, mental, sua capacidade de vivência. E essas pessoas, muitas vezes, são excluídas de tudo, principalmente do mercado de trabalho. No momento em que países altamente desenvolvidos, os países asiáticos, alguns países da Europa, usam essa mão de obra inteligente, essa mão de obra capaz, nós jogamos essa mão de obra no subemprego. Batemos palma quando uma rede de supermercado diz que irá contratar idosos para trabalhar de empacotador. Olha só! Pessoas que a vida inteira produziram, a vida inteira geraram e têm um conhecimento, uma capacidade grande, nós batemos palmas porque irá trabalhar de empacotador. Cadê a dignidade no momento em que esta pessoa precisa? Esta pessoa precisa estar aproveitando e curtindo seus netos, dando encaminhamento final para os seus filhos, vivendo a sua vida, no momento em que a pessoa mais gasta com remédio, no momento em que a pessoa mais gasta com médicos, ela perde a sua dignidade e o seu valor. Não é à toa que o maior número de depressão hoje em dia é nessa faixa de pessoas, assim como com os jovens. O maior número de pessoas que se sentem inúteis, pode-se dizer assim, é nessa faixa de idade. Porque a condição pública, condição de governantes, legisladores e do mercado faz as pessoas se sentirem assim.

Nós protocolamos a criação de uma frente parlamentar para discutirmos esse tema, principalmente de ser a capital dos idosos. Esperamos que os pares assinem e nos permitam avançar neste tema, assim como estamos avançando em outros temas nesta Casa, como é a questão do autismo que a nossa Casa vem avançando muito; a questão da mobilidade urbana e agora vamos avançar na questão do plano diretor. São coisas que ficarão e coisas que nortearão outros municípios, outros estados e até a Nação. É imprescindível que a gente discuta onde todos nós queremos chegar, na melhor idade. Então, é imprescindível que esta Casa, a Casa do Povo, discuta políticas públicas, não achar que o idoso é um fardo, que gasta muito andando no sistema de transporte de Porto Alegre, por exemplo. Nós precisamos ter mais clínicas geriátricas, melhor atendimento na área da saúde. Lélio, nós estamos à disposição, como sempre estivemos, parceiros para discutir a questão ambiental, que tu discutes muito bem, mas, principalmente, a questão do idoso.

Esperamos que esta Casa, em breve, bote a funcionar a frente parlamentar da questão do idoso e que possamos desenvolver políticas públicas para esta parcela significativa do povo da nossa cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Obrigada, vereador. O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR LUCIANO MARCANTÔNIO (PTB): É muito importante estarmos tratando deste tema: a política de inclusão dos idosos. Quero agradecer e

enaltecer a presença do Sr. Lélío Luzardi Falcão, um militante aguerrido, conhecedor da causa dos idosos, uma pessoa com quem nós convivemos muito, quando construímos o Fundo Municipal do Idoso, na gestão Fortunati, entre 2011 e 2012, com uma articulação na câmara federal, com apoio desta Câmara de Vereadores – fui secretário adjunto de Coordenação Política e Governança Local, no governo Marchezan. Naquele momento, existia o conselho, mas é esse Fundo, que criamos com o apoio da sociedade civil, da Câmara de Vereadores, da câmara federal, que faz a política acontecer de forma concreta, objetiva e real. Esse fundo é administrado pela sociedade civil, através do conselho que o Lélío conduz tão bem, em parte com representantes do governo no Conselho Municipal do Idoso – Comui, inviabilizando as políticas públicas principais em Porto Alegre. E nós, todos os atores que gostam de fazer essa política, avançamos muito na política do idoso. Eu me considero um ator participante dessa política por ter tido a honra de, na minha gestão, com o apoio do Comui e de vários líderes da política para os idosos, ter criado o fundo. Agora temos um ponto que é importante ressaltar: Porto Alegre, amigo Lélío, percorreu vários itens, passou por vários crivos para se tornar a cidade amiga do idoso. Nós precisamos de um apoio do governo municipal em relação a isso. Porto Alegre está pronta para receber a chancela internacional, sendo a única cidade do Brasil a ser reconhecida como amiga do idoso. Então, isso que o Lélío colocou aqui para nós, usando a tribuna, é uma questão muito importante. Com essa chancela, mais recursos virão. Com essa chancela, mais entidades, como a ANAPPS e tantas outras, vão se beneficiar de futuros recursos. Praticamente todos os asilos de Porto Alegre foram reformados com doações através do fundo, principalmente doações do Banco Itaú, que começou a investir no fundo desde 2012, o primeiro investimento foi de R\$ 10 milhões. O Wilson Pastorini, nosso guerreiro, foi o grande operador dentro da Secretaria de Coordenação Política – quando estava lá o César Busatto, e eu com muita honra era o seu adjunto – e foi a pessoa que conseguiu transitar com o processo até fazer acontecer o fundo; e foi o primeiro a receber o contato do Banco Itaú para que esse recurso fosse bem aplicado, e foi muito bem aplicado, Lélío.

Parabéns, Lélío, pela condução que tu vens tendo e tens o nosso total apoio. Nós temos, cada vez mais, que divulgar que o Estado do Rio Grande do Sul tem a maior longevidade do Brasil. Porto Alegre é a capital com maior longevidade do Brasil! E vamos parar, como o Ver. Janta falou, com essa visão ocidental, medíocre, de que a pessoa a partir dos 60 anos não pode mais trabalhar. Está mais que provado pelos países orientais de que a sabedoria vem depois dessa idade, quando a pessoa está preparada, está experiente para contribuir nas empresas, contribuir na política, contribuir em qualquer entidade da sociedade civil, é barrada por um preconceito horrível. Nós temos que vencer esse preconceito, através de políticas públicas que formem, publiquem e incentivem a sociedade a colocar o idoso no seu lugar, que é o lugar dos jovens. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Sr. Lélío Luzardi Falcão está com a palavra para as suas considerações finais.

SR. LÉLIO LUZARDI FALCÃO: Bom, primeiro eu queria agradecer as manifestações dos vereadores Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cláudio Janta e Luciano Marcantônio, que nos permitem avançar um pouco. O tema do envelhecimento em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, é o tema que nós temos discutido, trabalhado ao longo de cinco anos, nos eventos do Fórum Social Mundial, realizados em Porto Alegre. A Força Sindical permitiu que a gente fizesse, numa ida a Manaus, no Norte, avançar nessa condição, mas também hoje através da Assembleia Legislativa e de algumas pessoas que ainda estão conosco, como a Suzete, da OAB e do Movimento Longevidade, o Nelson, do Comdepa e outros, estamos discutindo, no Grupo Executivo de Acompanhamento de Debate, da Assembleia, o GEAD, esse tema do envelhecimento em todo o Estado. E, aqui em Porto Alegre, retomamos o Conselho Municipal do Idoso e estamos retomando alguns trabalhos que são muitos caros, como o selo, trabalhado com o Ver. Mendes Ribeiro; como a Frente Parlamentar, com o Ver. Alvoni; como essa questão do Fundo, com o Ver. Ferronato; o Janta fez uma proposta que eu espero que, em breve, possa estar aprovada aqui, que é uma comissão especial específica para a Cidade Amiga do Idoso, mas que outros trabalhos possamos fazer, e que Porto Alegre, cada vez mais, avance nessa condição. Nós nos preocupamos muito que estamos trabalhando – quero citar mais uma vez, Ver. Alvoni Medina, ele esteve conosco representando a Assembleia Legislativa numa Conferência em Assunção, no Paraguai, que foi a Madrid+15. E nós queremos muito trazer para Porto Alegre a Madrid+20. A Madrid+20, ou Porto Alegre 2022, seria uma conferência da ONU sobre envelhecimento, a terceira conferência. Essas conferências acontecem a cada 20 anos, e nós poderíamos, em Porto Alegre, imprimir uma nova mudança do paradigma do velho, em vez de ser considerado um problema, deveria ser considerado a solução dos problemas, passando algumas falas da experiência, da capacidade financeira, de uma série de outras possibilidades. Está muito próximo de nós conseguirmos essa realidade, mas nós não podemos perder a Cidade Amiga do Idoso. Como é que nós vamos trazer um evento da ONU, se nós perdermos uma certificação da ONU? Isso é impossível, isso é o que nós não sonhamos. Pedimos muito o apoio da Casa para que, junto com as demais autoridades da administração municipal e da sociedade civil, a gente possa trabalhar isso.

Seria um evento de 15 dias; 30, 40 mil pessoas; 150 chefes de Estado; nunca houve um evento desse porte em Porto Alegre. Pela Conferência Estadual do Idoso, realizada no ano passado, na Assembleia, nós trouxemos de Santiago do Chile, um dos diretores da ONU que trabalha na área do envelhecimento, e ele nos deu todos os caminhos para obtermos essa 3ª Assembleia Mundial da ONU. Temos tido informações de que o governo federal está mudando, devagar, mas está mudando e está trabalhando junto ao Itamaraty, a possibilidade da vinda desse evento para Porto Alegre.

Esperamos que a Câmara se sensibilize, temos uma breve agenda com o Presidente da Casa, a Assembleia já sinalizou, duas universidades também e a área

empresarial. Acredito que todos têm noção do seja um evento que colocaria não só Porto Alegre, mais uma vez, como foco no mundo, como poderiam ser trabalhados os vários mercados, as várias mercadorias, as várias potências que o Rio Grande do Sul tem, seja na carne, seja nos grãos, seja no leite, mas também no vinho, na oliva, enfim, todo esse potencial seria divulgado porque teríamos um espaço, um grupo de pessoas, de gaúchos sinalizando ou trabalhando como um celeiro para o mundo todo. Então, nós estamos trabalhando há mais de cinco anos nessa visão, e quero ressaltar aqui o apoio muito grande desses colegas que me acompanham, inclusive aqui no plenário, porque um sonho sozinho será só um sonho, mas, se ele for trabalhado por muito mais pessoas, poderá ser realidade.

A ministra Damares estará em Porto Alegre no dia 27 deste mês, e nós estamos trabalhando quase que diuturnamente em contato com o Ministério, para que, entre os dois ministérios, ligados à área, o da Mulher, que é onde está a Secretaria do Idoso, e o do Itamaraty, possamos sonhar com esse evento. E peço aqui o apoio desta Casa. Muito obrigado a todos. Fico à disposição para outras participações ou outros momentos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Agradecemos a presença do Sr. Lélío Falcão, com este importante tema.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h50min)

* * * * *